

Painel de Conjuntura Macroeconômica

agosto 2017

Semana 4

▪ Opinião

- Princípios de Equador e a gestão de risco socioambiental em instituições financeiras.

▪ PIB

- FGV aponta queda no PIB do 2T 2107, mas Banco Central aponta alta.

▪ IPCA

- Focus mantém previsão do IPCA (3,51%).

▪ Balança Comercial

- Projeção de superávit na Balança Comercial para o final de 2017 em R\$ 61,9 bilhões.

▪ Mercado de Trabalho

- PNAD aponta taxa de desemprego de 8,9% no estado do Paraná no 2º Trimestre de 2017.

▪ Tecnologia

- Blockchain será o fim dos cartórios.

Estimativas para encerramento do ano - Brasil

Estimativas para Encerramento do Ano - Brasil	2017	2018
PIB (% do crescimento)	0,34	2,00
Produção Industrial (% do crescimento)	1,10	1,85
Inflação - IPCA (%)	3,51	4,20
SELIC	7,50	7,50
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	51,80	55,29
Taxa de Câmbio - fim do período (R\$/US\$)	3,19	3,33
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	61,90	48,00
Investimento Direto no País (US\$ Bilhões)	75,00	75,00

Fonte: Bacen

Agenda da Semana

- 21-08 Relatório Focus (Bacen)
- 21-08 Balança Comercial (MDIC)
- 23-08 IPC(S) - 3^aquadrissemana Agosto-2017 (FGV)
- 23-08 IPCA-15 Agosto-2017 (IBGE)
- 23-08 Nota do Setor Externo Julho-2017 (Bacen)
- 23-08 Fluxo Cambial Agosto-2017 (Bacen)
- 24-08 Nota de Política Monetária e Operações de Crédito Julho-2017 (Bacen)
- 25-08 Sondagem Consumidor Agosto-2017(FGV)
- 25-08 IPC - 3^a quadrissemana Julho-2017 (Fipe)

Opinião

Princípios do Equador e a Gestão de Risco Socioambiental em instituições financeiras.



Carlos Cassio Carraro*

Os *players* do sistema financeiro global estão sendo cada vez mais exigidos sobre o seu modelo de negócios. Boas práticas, muitas vezes incipientes, passaram a ser percebidas como drivers de decisão fortemente monitorados pelos seus *stakeholders*.

Nessa linha, um marco do compromisso que foi assumido pelos grandes bancos globais referente a diligências socioambientais, foi a criação dos Princípios de Equador, no começo dos anos 2000. Esse tema foi liderado pelo International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, que desenvolveu uma série de regras para a concessão de crédito, garantindo análise, discussão multilateral e mitigação de impactos sociais e ambientais.

Um banco que se torna signatário do Princípios de Equador, passa a exigir dos seus clientes um *due diligence* ao financiar grandes projetos ou a aquisição de ativos. O objetivo é garantir que aquele recurso financeiro destinado à operação considera a sustentabilidade, o equilíbrio ambiental, o equilíbrio social e elementos mitigantes para evitar algum acidente de percurso, além de antecipar a identificação de algum embaraço que faça com que aquele projeto pare por um determinado período por questões legais que possam ocasionar potencial inadimplência daquele financiamento.

As empresas interessadas em obter recursos no mercado financeiro de bancos signatários do Princípios de Equador para realização de projetos ou aquisição de ativos devem levar em consideração os seguintes

temas para avaliação e proposta de projeto:

- Gestão de risco ambiental, proteção à biodiversidade e adoção de mecanismos de prevenção e controle de poluição.
- Proteção à saúde, à diversidade cultural e étnica e adoção de Sistemas de Segurança e Saúde Ocupacional.
- Avaliação de impactos socioeconômicos, incluindo as comunidades e povos indígenas, proteção a habitats naturais com exigência de alguma forma de compensação para populações afetadas por um projeto.
- Eficiência na produção, distribuição e consumo de recursos hídricos e energia e uso de energias renováveis.
- Respeito aos direitos humanos e combate à mão-de-obra infantil.

Os bancos signatários dos Princípios do Equador assumem um importante papel de corresponsabilidade e monitoramento das atividades dos seus clientes, na medida que buscam classificar as operações enquadradas por nível de risco e reduzir os impactos socioambientais ao priorizarem na análise criteriosa de seu apetite de risco as concessões de crédito para atividades com alto grau de diligência para o tema.

O marco da Resolução 4327/14 do Banco Central do Brasil

Ainda acompanhando o crescente tema de corresponsabilidade das instituições financeiras, em junho de 2012, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, o Banco Central do Brasil colocou em audiência pública o edital 41/2012, que dispõe sobre a implementação de Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) às instituições financeiras autorizadas a operarem no mercado brasileiro sob sua autorização, bem como sobre a elaboração e divulgação de relatório de responsabilidade socioambiental sob consulta aos *stakeholders*.

Em abril de 2014 o BACEN divulgou a Resolução 4.327, que passou a exigir diretrizes para a implementação e aplicação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sendo um marco alcançado no sistema financeiro brasileiro, pois passou a exigir práticas de todos os agentes financeiros no gerenciamento dos riscos socioambientais. Esses riscos passaram a ser incorporados ao modelo de negócio da instituição financeira, sob o prisma dos clientes, fornecedores e orientação aos seus colaboradores, algo inédito em todo o sistema financeiro internacional.

Na prática, o que essa resolução traz ao sistema financeiro brasileiro é a implementação do conceito de análise, classificação, monitoramento e diligência sob o prisma socioambiental nas operações com característica de crédito, de acordo com o porte e complexidade de cada Instituição. Essa medida visa desestimular os agentes no financiamento de operações que possam causar algum impacto ambiental

ou social, uma vez que a proposta de crédito pode ser recusada caso identificado algum potencial problema de fatores ambientais ou sociais para a finalidade daquele recurso. Considerando que o cliente do banco que busca linhas de crédito tenha a sua proposta recusada, o potencial dano tende a não se materializar.

O Brasil já possui um ambiente desafiador para assuntos sociais e ambientais e a partir da implementação da resolução 4.327, em 2015, os bancos assumem mais esse papel de corresponsabilidade junto aos seus clientes e perante aos órgãos fiscalizadores no tocante a problemas socioambientais, caso estes tenham sido gerados, mesmo que indiretamente, pela liberação de alguma operação de crédito. Essa nova realidade torna o sistema financeiro ainda mais sólido e responsável perante os seus *stakeholders*.

**Carlos Cassio Carraro atua no gerenciamento de Risco Socioambiental como representante no bloco brasileiro para Princípios de Equador, pelo Citibank Brasil. Possui formação em finanças e projetos e foi aluno do GBA em Sustentabilidade no ISAE-FGV.*

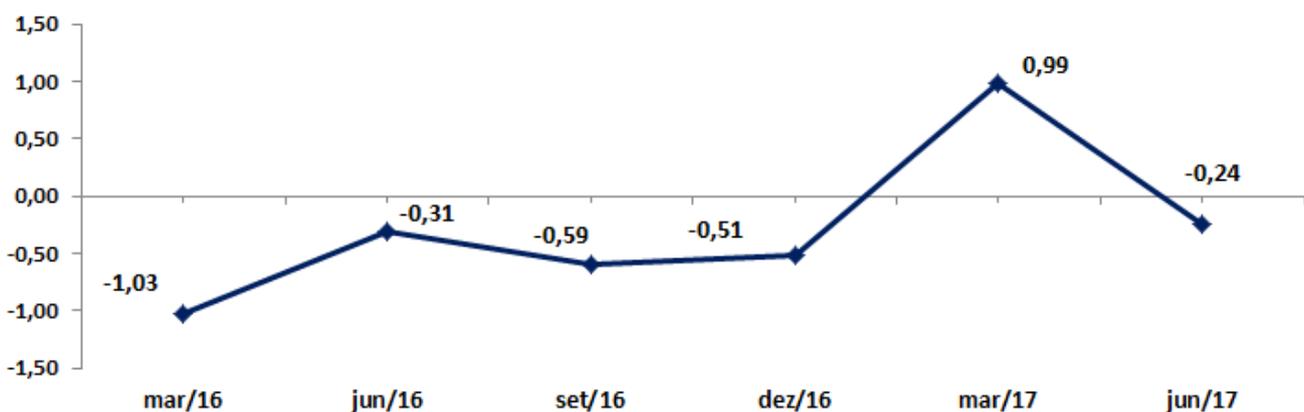
PIB

FGV aponta retração do PIB no segundo trimestre de 2017 e BCB aponta alta.

Christian Frederico da Cunha Bundt*

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou esta semana sua projeção do PIB para o 2T 2017. O Monitor do PIB-FGV apontou queda na série dessazonalizada de 0,24% quando comparado ao 1T 2017, conforme abaixo:

Taxa de variação trimestral do PIB - (FGV)
(Comparada ao trimestre imediatamente anterior, em %)



Fonte: IBRE/FGV

Conforme a FGV, o maior peso na queda do indicador veio do desempenho da construção civil (-7,4%). Já na comparação deste segundo trimestre com o mesmo período do ano passado, houve retração de 0,30%.

Pela ótica da demanda, o Monitor do PIB aponta que houve crescimento de 0,6% no consumo das famílias no 2T 2017, quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. É um dado relevante positivamente, enquanto se vê também o crescimento da confiança de um ano para outro, pois o consumo das famílias está associado à confiança. Para a FGV, houve queda na Formação Bruta de Capital Fixo de 5,1% no 2T 2017, comparado com o mesmo período do ano anterior. Este dado é relevante negativamente, pois demonstra a pouca confiança das empresas no investimento para a produção e está associado à confiança dos empresários.

Na outra ponta, o Banco Central do Brasil (BCB) divulgou seu Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), que funciona como uma prévia do PIB. Para o BCB, no segundo trimestre de 2017 a economia brasileira avançou 0,25%, comparado ao 1T 2017 (com ajuste sazonal). Em relação ao segundo trimestre de 2016 houve aumento de 0,48% (com ajuste sazonal).

Considerando as previsões do Relatório Focus do Banco Central, sobre o comportamento do PIB, da Balança Comercial e outros indicadores, o PIB no 2T 2017 deverá ficar próximo de zero. Aguardemos o índice oficial a ser divulgado pelo IBGE em setembro.

Nas duas direções, abaixo ou acima (em percentual quase igual), não há consolidação de crescimento ou queda representativa, consequência do cenário político conturbado e do atraso das reformas prometidas pelo governo federal. A expectativa da revisão da meta fiscal, da aprovação da reforma política e, posteriormente, da reforma tributária, serão fatores fundamentais que vão ditar os rumos da confiança na economia. Após isso, reflexos palpáveis na atividade econômica e no PIB poderão emergir.

**Christian Frederico da Cunha Bundt é Administrador, professor pesquisador II da Universidade Estadual de Ponta Grossa e membro do Conselho Deliberativo da Associação Empresarial e do Observatório Social de São José dos Pinhais.*

IPCA

Focus mantém previsão do IPCA.

Patrick Silva*

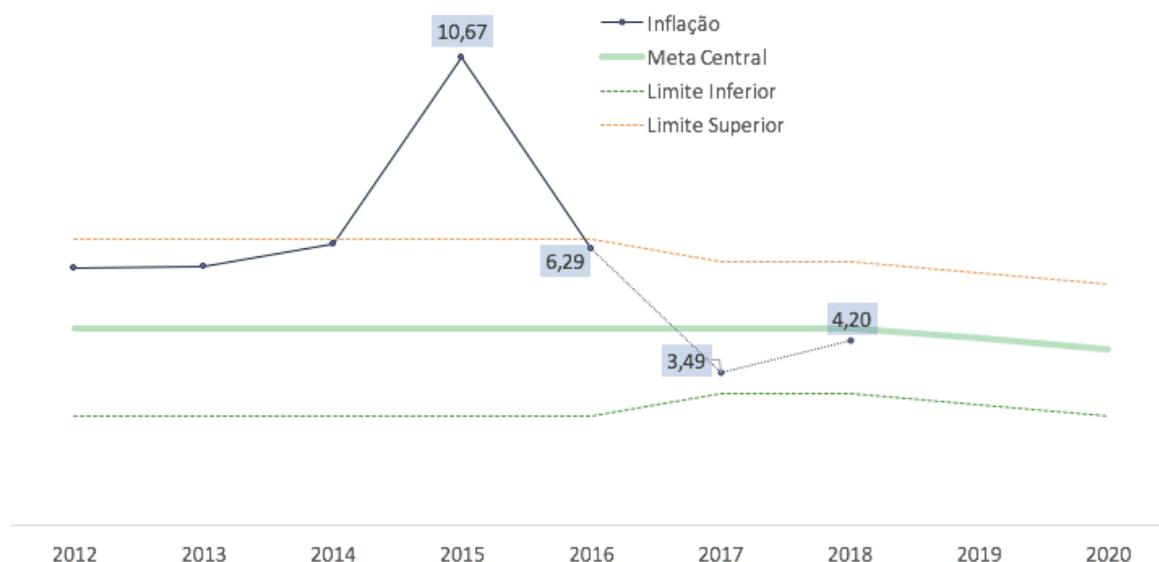
O último Relatório Focus divulgado pelo Banco Central do Brasil (BCB), mantém as expectativas para o IPCA estáveis em relação à última semana. A mediana de mercado foi elevada de 3,50% para 3,51% para o ano de 2017, sendo a quinta elevação consecutiva. Para 2018, pela quinta semana seguida, foi mantido o índice de 4,20%.

Muito em linha com o mercado geral, as TOP 5, instituições que mais se aproximam do índice em suas projeções, também demonstram estabilidade nas expectativas, trazendo 3,49% para 2017 e 4,20% para 2018.

	2017				2018			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento Semanal	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento Semanal
Mediana	3,33	3,50	3,51	▲ (5)	4,20	4,20	4,20	● (5)
Top 5	3,09	3,49	3,49	● (1)	4,23	4,20	4,20	● (1)

Sendo a inflação baixa um dos reflexos da retração da atividade econômica do país nos últimos anos. Desta maneira, sem mudanças muito expressivas no ambiente macroeconômico, o IPCA deve permanecer dentro do limite inferior da meta de inflação (de 3,0% a 4,5%), tanto para 2017 quanto para 2018. O centro da meta para 2017 é 4,5% e o teto está em 6%. Atualmente o índice acumula 1,43% em 2017 e 2,71% no período de 12 meses.

IPCA e Meta de inflação



Fonte: Bacen

***Patrick Silva** é especialista em Controladoria e Finanças, graduado em Ciências Contábeis, com Especialização em Controladoria, com MBA Executivo em Finanças pela FGV/SP, e aluno do Programa CFO Strategic ISAE|IBEF

Balança Comercial

Projeção de Superávit para o final de 2017 em 61,9 bilhões.

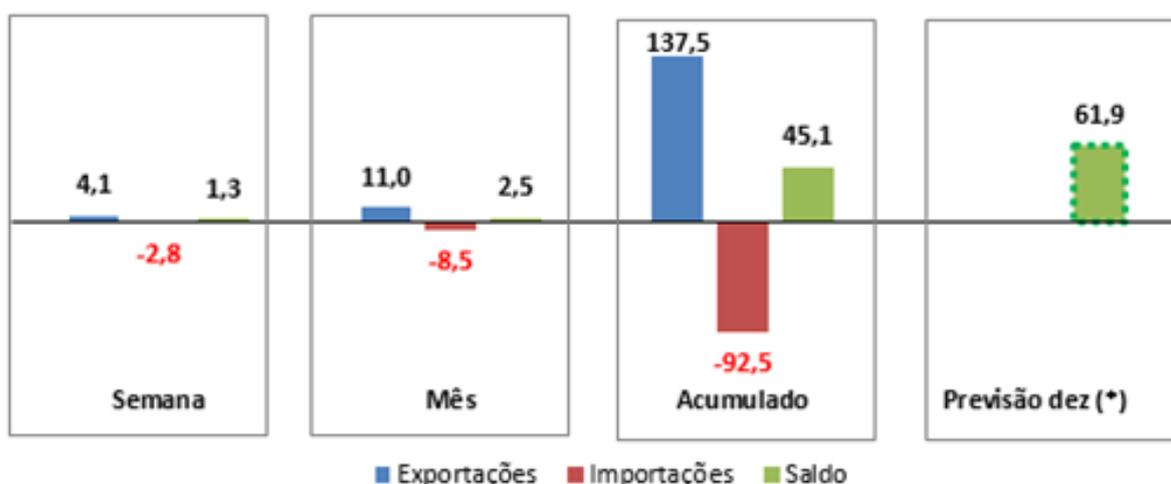
Fábio Silva*

De acordo com os dados do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), a terceira semana de agosto encerrou com superávit de US\$ 1,3 bilhões na Balança Comercial. A composição do saldo se deve às exportações de US\$ 4,1 bilhões e importações de US\$ 2,8 bilhões. O desempenho das exportações, 6,9% acima da média da segunda semana, se deve ao aumento da venda de produtos manufaturados em 16,1%, especialmente automóveis, aviões e óleos combustíveis; e de produtos básicos 4,1%, em que se destacam o petróleo em bruto, o farelo de soja, o café em grãos e os bovinos vivos.

Ao mesmo tempo, houve retração de 12,3% nas importações, em função de gastos reduzidos com adubos e fertilizantes, equipamentos eletroeletrônicos, siderúrgicos, químicos orgânicos e inorgânicos, equipamentos mecânicos, plásticos e obras.

Com isso, o saldo de agosto segue com superávit de US\$ 2,5 bilhões, sendo US\$ 11 bilhões de exportações e US\$ 8,5 bilhões de importações. No acumulado de agosto de 2017 o superávit registra US\$ 45,1 bilhões, composto por exportações de US\$ 137,5 e importações de US\$ 92,5 bilhões. Conforme previsão do Focus, o ano de 2017 deve encerrar com saldo positivo de US\$ 61,9 bilhões (vide gráfico a seguir).

Balança comercial de agosto de 2017 (Saldo em bilhões de US\$)



Fonte: MDIC

* Previsão do boletim Focus de 18/08/2017

Câmbio

O dólar terminou a semana anterior cotado a R\$ 3,15, com desvalorização de 1,5% na semana. Já o início desta semana não apresentou grandes oscilações. A divulgação da ata da última reunião do FED (Banco Central Americano), na última quarta-feira (16), demonstrou que o comitê está mais cauteloso em relação à desaceleração recente da inflação dos EUA, o que deve refletir em aumento ainda mais gradual dos juros, favorecendo os ativos emergentes. Além disso, o aumento dos preços de commodities, movimento que é visto por muitos analistas como sinais de recuperação da economia global, também contribuiu para valorização da moeda brasileira.

**Fabio Silva é economista, mestre em desenvolvimento econômico pela UFPR e atua como profissional de finanças no Grupo Renault.*

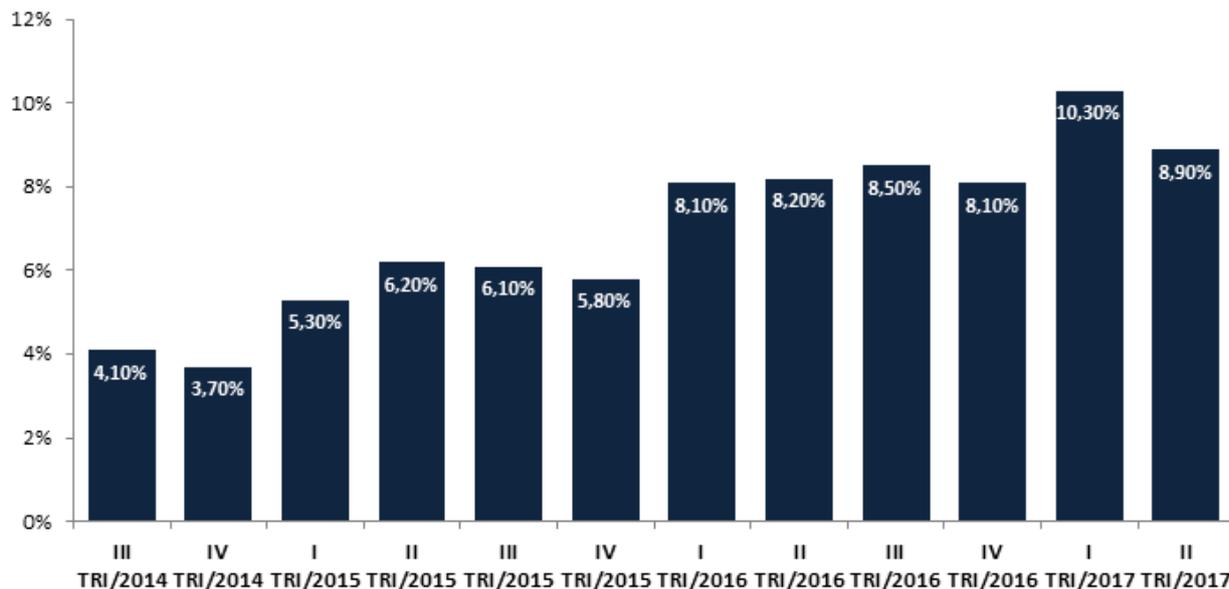
Mercado de Trabalho

PNAD aponta taxa de desemprego de 8,9% no estado do Paraná no 2º Trimestre de 2017.

Jefferson Marcondes*

A taxa de desemprego referente ao segundo trimestre de 2017 fechou em 8,9 % no estado do Paraná, de acordo com a PNAD/Trimestral divulgada pelo IBGE no último dia 17 de agosto. Quando comparada ao mesmo período em 2016 se observa uma alta de 0,7p.p., entretanto quando comparada ao primeiro trimestre de 2017 se observa 1,4p.p. de queda. Trata-se da primeira queda acima de 1p.p desde o primeiro trimestre de 2016, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Evolução da Taxa de desemprego Paraná



Fonte: Pnad IBGE

Essa redução da taxa de desemprego apresenta sinais sólidos da retomada do crescimento econômico no Paraná. A recuperação do nível de emprego será lenta, pois mesmo havendo a geração de novos postos de trabalho, as pessoas que desistiram de buscar trabalho devem voltar a procurá-lo, engrossando a estatística dos desempregados. Vale lembrar, que o índice é calculado a partir de pessoas que procuraram emprego nos últimos 30 dias e não encontraram.

**Jefferson Marcondes Ferreira é economista, especialista em Controladoria pela Universidade Positivo e atua como profissional de finanças há 13 anos. Atualmente, trabalha numa empresa de meio ambiente ligada a reaproveitamento de materiais para matriz energética.*

Tecnologia

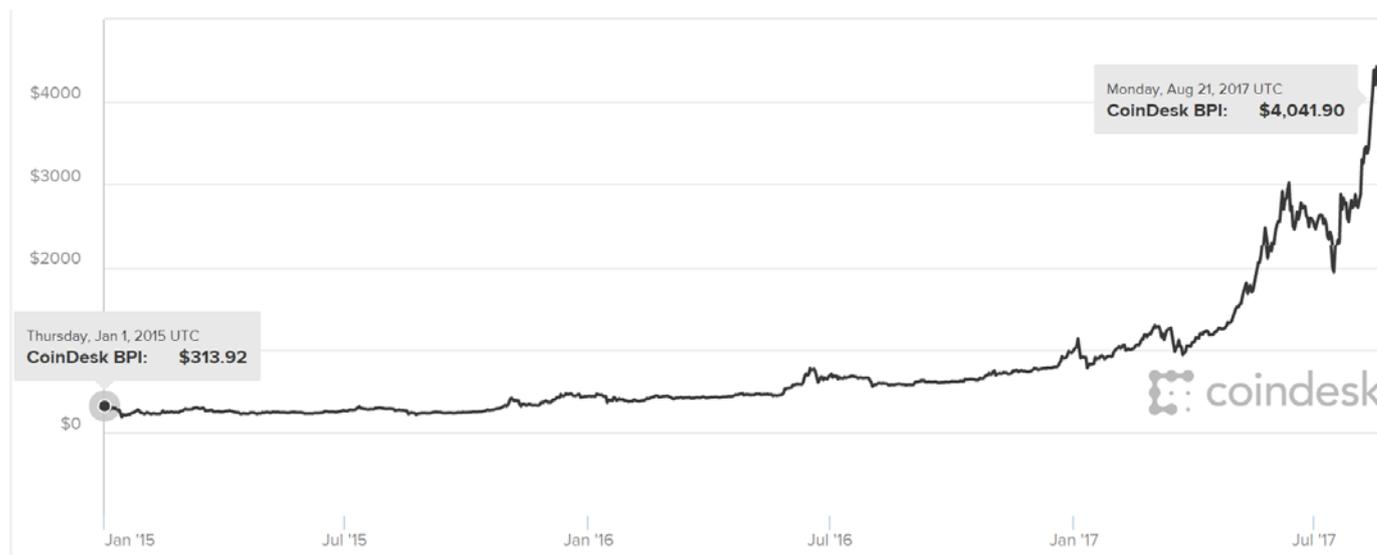
Blockchain será o fim dos cartórios.

Christian Geronasso*

Em 2015 o Fórum Econômico Mundial realizou uma pesquisa com 800 executivos e experts do setor de tecnologia e telecomunicação, perguntando sobre alguns marcos de diversas inovações como Blockchain, carros autônomos, IoT (internet das coisas), impressoras 3D e diversas outras tecnologias emergentes na época. Para contextualizar o cenário de 2015, o bitcoin, criptomoeda mais famosa do mercado, valia \$ 313,92 dólares em primeiro de janeiro daquele ano, após quedas consecutivas desde seu pico de valorização

máxima, até então de \$ 979,45 dólares, em novembro de 2013. Este fato é importante pois os participantes da pesquisa não faziam ideia que em apenas 2 anos a criptomoeda sofreria uma valorização de 1000%, como demonstra a imagem abaixo.

Análise Coindesk



Fonte: <http://bit.ly/2v8QtLA>

De fato, os executivos e especialistas que estavam apostando na tecnologia que permite a criação de um livro-razão incorruptível, o Blockchain, e sua principal aplicação prática, o Bitcoin, não possuíam muito subsídio do mercado, o que valoriza ainda mais as previsões de que até 2027, 10% do PIB mundial estará armazenado em uma tecnologia de blockchain e que até 2023 impostos terão sido coletados por, pelo menos, uma entidade governamental no mundo utilizando esta tecnologia.

Muitos dos especialistas que anteciparam e antecipam movimentos do mercado como Don e Alex Tapscott, autores do livro Blockchain Revolution, apontam grandes mudanças em modelos de negócios que exigem intermediação, como os cartórios, que realizam atividades para garantir que as informações apresentadas por cada uma das partes (em uma negociação, por exemplo) é verdadeira. Em breve, ao adquirir um imóvel, automóvel ou uma laranja orgânica poderemos consultar um blockchain que possuirá todas as informações históricas, sem a necessidade de uma entidade intermediadora. Será possível, a partir de um smartphone, realizar a leitura de um código qr code que detalha todas as manutenções realizadas em certo imóvel, todas as vezes que o seguro de um automóvel foi acionado e até mesmo se a fazenda que vende orgânicos realizou recentemente a aquisição de agrotóxicos. Esta é uma simplificação de uma arquitetura complexa que será transparente para os seus usuários como o GPS, que para funcionar corretamente utiliza a teoria da relatividade de Einstein para a correta geolocalização. E comprovando a assertividade da pesquisa, este mês foi anunciado pelo governo Chinês que um blockchain será utilizado para coletar impostos e emitir faturas.

Fontes:

Pesquisa do Fórum Econômico Mundial “Deep Shift Technology Tipping Points and Societal Impact”

- <http://bit.ly/2v8vXum>

China to Use Blockchain Technology in Tax Collection and Electronic Invoice Issuance - <http://bit.ly/2v8z7yd>

****Christian Geronasso** é consultor especialista em geração de valor e inovação, com mais de 10 anos de experiência em diversos segmentos empresariais como bens de consumo, automotivo, papel e celulose, engenharia e construção, varejo, entre outros. Atua em uma das maiores consultorias do Brasil com histórico em grandes clientes como Grupo Randon, Renault, Andritz, Embraco, entre outros.*

Painel de Conjuntura Macroeconômica

Atento ao quadro de instabilidade econômica e com o intuito de auxiliar nas tomadas de decisões do mercado, o ISAE reuniu profissionais das áreas financeira e econômica e criou o Comitê Macroeconômico, com o objetivo de agregar valor à sociedade por meio de pesquisas, análises e interpretações de dados macroeconômicos.

O Comitê Macroeconômico é coordenado por Rodrigo Casagrande, professor do Mestrado em Governança e Sustentabilidade do ISAE, e Fabio Alves da Silva, executivo de finanças da Renault. É composto por profissionais que possuem competências complementares, provenientes de diferentes instituições, como ISAE, Banco Central do Brasil, Renault e SEBRAE.

O comitê também conta com a participação de alunos do CFO ISAE, programa desenvolvido com o objetivo de capacitar o profissional de finanças em conceitos e temas técnicos específicos da teoria financeira que ajudam na condução estratégica dos negócios, trazendo a visão de pessoas que impulsionam as ações e potencializam resultados, além de alunos do Programa de Mestrado em Governança e Sustentabilidade do ISAE.

EQUIPE TÉCNICA

Adriano Bazzo

Christian A. Geronasso

Christian Bundt

Luciano De Zotti

Jefferson Marcondes

Patrick Silva

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Fabio Alves da Silva

COORDENAÇÃO GERAL

Rodrigo Casagrande



ISAE

Escola de Negócios